

# **Análise Econômico-Financeira das Demonstrações Contábeis no Município de Sant'Ana do Livramento no período de 2015 a 2019**

**Graduanda: Paola Formozo Ignácio**  
**Orientador: Jeferson Luís Lopes Goularte**

## **RESUMO**

Esta pesquisa evidencia por meio das demonstrações contábeis, a situação econômico-financeira do município de Sant'Ana do Livramento. Definiu-se como objetivo deste estudo, analisar a situação econômico-financeira a partir das demonstrações contábeis do município de Sant'Ana do Livramento, localizado no estado do Rio Grande do Sul, no período de 2015 a 2019. Na revisão da literatura foi desenvolvido os temas Demonstrações Contábeis e Análise Econômico-Financeira. Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza aplicada, descritiva, de abordagem quantitativa, por meio de levantamento de dados secundários. A técnica utilizada para coleta de dados foi a pesquisa documental, e a técnica de análise dos dados foi a análise interpretativa. Na apresentação e discussão dos resultados, foi demonstrada através de alguns indicadores o comprometimento com as obrigações do município a curto e longo prazo, os retornos referentes ao ativo e patrimônio líquido, bem como, encontra-se a composição do capital. Verificou-se através deste estudo que nenhum dos indicadores analisados apresentou resultados eficientes, ou seja, foi possível observar que o município no decorrer dos anos de 2015 a 2019, contraiu dívidas que será demonstrado no Indicador do Grupo de Liquidez, com isso, no Indicador do Grupo de Atividade foi possível observar o surgimento de um passivo a descoberto, já no Indicador do Grupo de Resultado foi demonstrado a ocorrência de um déficit patrimonial, diminuindo o Patrimônio Líquido, assim, no Indicador de Execução Orçamentária notou-se uma insuficiência de arrecadação, apresentando um déficit na execução do orçamento.

**Palavras-chave:** Balanço Patrimonial; Balanço Orçamentário; Indicadores Econômico-Financeiro; Execução Orçamentária.

## **Economic-Financial Analysis of the Financial Statements in the Municipality of Sant'Ana do Livramento in the period from 2015 to 2019**

### **ABSTRACT**

This research shows, through the financial statements, the economic and financial situation of the municipality of Sant'Ana do Livramento. The objective of this study was to analyze the economic and financial situation based on the financial statements of the municipality of Sant'Ana do Livramento, located in the state of Rio Grande do Sul, in the period from 2015 to 2019. In the literature review, it was developed the themes Financial Statements and Economic-Financial Analysis. This study is characterized as a research of an applied, descriptive nature, with a quantitative approach, through the collection of secondary data. The technique used for data collection was documentary research, and the data analysis technique was interpretative analysis. In the presentation and discussion of the results, it was demonstrated through some indicators the commitment to the obligations of the municipality in the short and long term, the returns referring to the assets and equity, as well as the composition of the capital. It was verified through this study that none of the analyzed indicators presented efficient results, that is, it was possible to observe that the municipality during the years 2015 to 2019, contracted debts that will be shown in the Indicator of the Liquidity Group, with that, in the Indicator of the Activity

Group it was possible to observe the appearance of an unsecured liability, in the Result Group Indicator it was demonstrated the occurrence of an equity deficit, decreasing the Net Equity, thus, in the Budget Execution Indicator an insufficiency of collection was noted, presenting a deficit in the execution of the budget.

**Keywords:** Balance Sheet; Budget Balance Sheet; Economic and Financial Indicators; Budget Execution.

## 1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) proporciona relevantes informações para os órgãos públicos, como também para sociedade, evidenciando resultados alcançados que relatam a situação do patrimônio, e os atos e fatos que atingem a variação patrimonial das entidades, levando em consideração todas as mutações ocorridas durante a gestão, para dar amparo na tomada de decisão durante a prestação de contas, mantendo um controle social (ANDRADE, 2016).

Segundo Mauss (2012), observa-se que a CASP é amparada por quatro bases normativas, sendo elas: a Lei Federal nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP), e as portarias, instruções normativas e manuais técnicos publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Mediante esses instrumentos legais são evidenciadas as demonstrações contábeis e os demonstrativos que permitem os atores interessados, analisar e verificar os resultados de natureza orçamentária, patrimonial, econômica e financeira alcançados pelas entidades públicas. A partir da legislação e NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) explana os elementos que compõem o conjunto das Demonstrações Contábeis, especificadamente: Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Notas Explicativas (BRASIL, 2019).

Assim, tendo em vista que há poucas pesquisas referentes ao assunto “análise econômico-financeira no Setor Público”, a realização desta pesquisa trata de indicadores adotados para realizar a análise das demonstrações contábeis no Setor Público, pois de certa forma, nota-se que é uma importante ferramenta para a tomada de decisão, sendo evidenciada a realidade das finanças das entidades públicas. Contudo, é com intuito de promover maiores informações, por meio de indicadores, que é possível constatar se a entidade possui ou não, capacidade para cumprir seus compromissos, além de observar o modo que está estruturado o capital, assim como o retorno do resultado patrimonial.

Para Lins e Francisco Filho (2012), a análise das demonstrações contábeis poderá ser utilizada como meio para controlar a situação financeira da entidade. Essas análises contribuem para que seja possível realizar uma avaliação patrimonial, levando em consideração a tomada de decisão pelos gestores. Corroborando com o entendimento, Oliveira et al., (2010) relatam que a análise das demonstrações contábeis divide-se em duas categorias, sendo a Análise Econômica que dispõe da interpretação das variações patrimoniais e seus bens gerados. Como também, a Análise Financeira que demonstra a disposição financeira da entidade, seu grau de liquidez e capacidade de pagamento. Todavia, tanto a análise econômica quanto a análise financeira são criadas e avaliadas, através de vários pontos de vistas distintos, conforme a precisão e relevância de cada usuário.

Entretanto, observa-se que a situação econômico-financeira atual evidenciada pela Administração Pública brasileira, tem se mostrado desfavorável pelo descontrole nas contas públicas e pelo excesso de gastos. Diante dessa realidade, constata-se a necessidade de ampliar

o estudo sobre análise de indicadores econômico-financeiros dos órgãos públicos brasileiros, visando contribuir para que os gestores consigam ter uma tomada de decisão inteligente, proporcionando à sociedade informações relevantes em relação a prestação de contas, cumprindo com o que estabelece a LRF no §1º do art. 1º, no que tange à transparência (FREITAS; GOULARTE, 2017).

Com base nisso, tendo em vista os resultados das contas públicas, será analisado no presente estudo os indicadores econômico-financeiros aplicáveis a Administração Pública brasileira, no âmbito municipal. Sendo assim, foi selecionado o município de Sant’Ana do Livramento, localizado no estado do Rio Grande do Sul, fazendo parte da Região Fronteira Oeste, divisa com o Uruguai, que possui uma população de 82.464 habitantes de acordo com o último censo, determinada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Logo, a escolha do município é relevante, pois trata-se de uma fronteira, que possui uma significativa população no estado, e com isso é levado em conta a necessidade do tema abordado.

Nesta perspectiva, observa-se a importância da análise econômico-financeira das demonstrações contábeis no Setor Público, sendo assim, a questão de pesquisa deste estudo é: Qual a situação econômico-financeira, a partir da análise das demonstrações contábeis, do município de Sant’Ana do Livramento, localizado no estado do Rio Grande do Sul, no período de 2015 a 2019?

Diante do exposto, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a situação econômico-financeira, a partir das demonstrações contábeis, do município de Sant’Ana do Livramento, localizado no estado do Rio Grande do Sul, no período de 2015 a 2019. Visando atingir o objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: identificar os indicadores da análise econômico-financeira na literatura; calcular os indicadores nas demonstrações contábeis do município; interpretar e analisar os indicadores aplicados nas demonstrações contábeis do município.

O presente estudo justifica-se devido à importância do tema, o qual busca contribuir para que seja possível ampliar as disseminações que se referem a análises econômico-financeira de entidades públicas. Segundo Andrade (2016, p.435), “nos estudos da contabilidade das instituições públicas, verifica-se que há certa escassez do assunto “análise de balanços” nessas entidades, inclusive em fundações e autarquias”. Diante disso evidencia-se que quanto maior for o desenvolvimento, mais alcance obterá para que sejam estabelecidos padrões de indicadores.

Além disso, a análise das demonstrações contábeis, com aplicação de indicadores, serve para que o gestor, possa ter uma tomada de decisão mais precisa, examinando informações que esclareçam as causas e efeitos das variações patrimoniais, objetivando resultados, do que somente dispor de inúmeras demonstrações contábeis, sem ter explanação de fato do que são aqueles dados. Sendo assim, nota-se que esse procedimento é relevante e pode contribuir nas políticas adotadas pela gestão (BENITES; GOULARTE, 2017).

Logo, Mauss (2012) esclarece que a análise sobre o enfoque patrimonial é realizada no Balanço Patrimonial e na Demonstração das Variações Patrimoniais, que demonstram os registros na contabilidade pelo regime de competência. Já Kohama (2015), diz que a análise do enfoque orçamentário é realizada no Balanço Orçamentário, que demonstra a execução do orçamento pelo regime orçamentário, ou seja, a execução da Lei Orçamentária Anual.

O artigo está estruturado a partir da introdução, a seguir a revisão da literatura onde aborda os temas de Demonstrações Contábeis e Análise Econômico-Financeira. Posteriormente, é apresentado o procedimento metodológico, o tipo de pesquisa, os procedimentos técnicos, a coleta e análise de dados, na sequência a apresentação e discussão dos resultados, e para o encerramento as considerações finais.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

Esta seção refere-se às demonstrações contábeis, evidenciando os tipos de análise através de indicadores econômicos e financeiros utilizados no setor público.

### 2.1 Demonstrações Contábeis

Segundo os conceitos de Andrade (2016) o objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) é suprir aos usuários, informações referentes aos resultados alcançados dos dados de natureza orçamentária, financeira, econômica e patrimonial das organizações públicas, já os demonstrativos tem grande relevância no processo de tomada de decisão, sensata prestação de contas, como também à transparência de gestão fiscal e à instrumentalização do controle social.

As demonstrações contábeis são indispensáveis para a gestão pública, pois representam a situação e variação do patrimônio público, permitindo a tomada de decisão por parte dos gestores públicos, impulsionando a *accountability*, conduzindo a transparência para o controle social (BEZERRA FILHO, 2015).

Manuais elaborados pela STN têm estabelecido os procedimentos adotados para elaborar as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), compostas pelas demonstrações da Lei nº 4.320/1964, exigidas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), como também posto pela Lei Complementar nº 101/2000, assim associando as disposições legais que compõem o conjunto de Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) (BRASIL, 2019).

As demonstrações contábeis de propósito geral são destinadas a atender às necessidades dos usuários, demonstrando informações mais elaboradas, satisfazendo às suas necessidades específicas. Estes usuários podem ser denominados como contribuintes, credores, empregados, fornecedores, mídia, parlamentares, dentre outros (BRASIL, 2019).

Os elementos que compõe o conjunto das demonstrações contábeis são: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Notas Explicativas (BRASIL, 2019).

#### 2.1.1 Balanço Orçamentário

Em conformidade com a Lei nº 4.320/1964, previsto no art. 102 o Balanço Orçamentário “demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas” (BRASIL, 1964). Desta forma, denota-se que o Balanço Orçamentário proporciona a análise sobre o equilíbrio orçamentário e financeiro do exercício através do resultado da execução orçamentária (MAUSS, 2012).

De acordo com o art. 35 da Lei nº 4.320/1964, é estabelecido que “pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas” (BRASIL, 1964).

Segundo Bezerra Filho (2015), no Balanço Orçamentário são evidenciadas, através de sua estrutura, as receitas e as despesas orçamentárias por categoria econômica, confrontando o orçamento inicial e suas modificações com relação à execução, bem como, demonstram o resultado orçamentário.

Para Andrade (2016), o Balanço Orçamentário tem como principal objetivo descrever os elementos do orçamento público, nas normas em que o mesmo foi aprovado pelo Poder Legislativo, bem como, registrar a execução do orçamento e as alterações orçamentárias

ocorridas no mesmo exercício, e por fim, expor a posição final dos valores atingidos quando encerrado o exercício, assim, fazendo a comparação com as previsões iniciais do orçamento.

Com base nisso, é a partir do planejamento e da execução orçamentária que pode-se observar se o mesmo foi executado eficientemente ou não, possibilitando que seja analisado e não tenha um desequilíbrio orçamentário.

### **2.1.2 Balanço Financeiro**

Conforme previsto no art. 103 da Lei nº4.320/1964, o Balanço Financeiro “demonstrará a receita e a despesa orçamentárias assim como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte” (BRASIL, 1964). No entendimento de Kohama (2015), o Balanço Financeiro é um demonstrativo com duas divisões, Receita e Despesa, em que se difundem entradas e saídas de numerário, ilustrando as operações de tesouraria e igualam-se as duas somas com os saldos de caixa, o inicial e o existente.

Para Mauss (2012), o Balanço Financeiro trata de uma movimentação que inclui também os ingressos extraorçamentários, justificando o aumento do saldo de disponibilidades, mas, no entanto, não se pode tratar o saldo positivo de superávit financeiro. Segundo Kohama (2015), no Balanço Financeiro devem ser demonstrados os movimentos do exercício, isto é, a somatória das contas de operações realizadas durante o exercício, e não somente os saldos da conta, pois os únicos saldos que são apresentados nesse balanço correspondem às disponibilidades do exercício anterior e as que passaram ao exercício seguinte.

De acordo com Andrade (2016) é necessário que todas as contas do Balanço Financeiro sejam apresentadas por seus totais de valores ou operações realizadas. Também existem outros relatórios que permitem a análise individualizada por conta, durante o exercício. Destaca-se também que os valores apresentados da receita e da despesa orçamentária neste demonstrativo são relacionados com a Disponibilidades por Destinação de Recursos, devidamente identificadas pelas contas-correntes denominados "fontes de recursos".

Portanto, é evidenciado que o Balanço Financeiro apresenta a movimentação financeira ocorrida no exercício, com isso, pode-se observar o aumento ou diminuição dos recursos financeiros.

### **2.1.3 Balanço Patrimonial**

Para Mauss (2012), o Balanço Patrimonial apresenta a situação patrimonial estática e os resultados obtidos em registros da entidade naquele momento, através do conjunto de bens, direitos, obrigações e patrimônio líquido.

Assim, o Balanço Patrimonial compreende a situação das contas que constituem o ativo e o passivo de uma organização, bem como o patrimônio líquido. Segundo Andrade (2016), o Ativo evidencia os recursos controlados pela organização como resultado de eventos anteriores dos quais se espera que resultem benefícios econômicos ou potencial de serviços futuros. No Passivo denota as obrigações presentes da organização, derivadas de eventos retroativos, dos quais pagamentos se espera que resultem saídas de recursos capazes de agregar benefícios econômicos ou potencial de serviços. Em contrapartida, o patrimônio líquido é o valor residual dos ativos da organização depois de atendidos todos os seus passivos.

Ainda Andrade (2016), elenca definições e procedimentos para elaboração do Balanço Patrimonial. O Ativo Circulante é observado que se caracteriza por compreende o caixa e equivalente de caixa, os estoques, e os direitos que sejam realizáveis dentro de 12 meses a partir da data da publicação das demonstrações contábeis. Já o Ativo Não Circulante é composto pelo ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível, no qual compreende os

bens e direitos realizáveis superior a 12 meses da divulgação das demonstrações contábeis. Por outro lado, o Passivo Circulante representa as obrigações que tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro dos 12 meses após a data da publicação das demonstrações contábeis. Já o Passivo Não Circulante se caracteriza pelas obrigações conhecidas e estimadas, cujos prazos estabelecidos ou esperados excedam os 12 meses seguintes à data da divulgação das demonstrações contábeis. Por fim, o Patrimônio Líquido representa o valor residual dos ativos após diminuídos todos os passivos. Se o valor do passivo for maior que o valor do ativo, denomina-se que o resultado é passivo a descoberto.

Após a divisão do Balanço Patrimonial, nota-se que o mesmo também se subdivide em: Ativo Financeiro, Ativo Permanente, Passivo Financeiro, Passivo Permanente, Saldo Patrimonial e Contas de Compensação. Isto posto, conforme previsto no art. 105 da Lei Federal nº 4.320/1964, o Balanço Patrimonial demonstrará: O Ativo Financeiro compreende os créditos e valores realizáveis e os valores numerários; o Ativo Permanente representa os bens, créditos e valores, da qual alienação ou mobilização dependa de autorização legislativa; o Passivo Financeiro caracteriza as dívidas fundadas e outros pagamento; o Passivo Permanente compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate; no Saldo Patrimonial e Contas de Compensação serão registrados os bens, valores e obrigações, que possam vir a afetar o patrimônio (BRASIL, 1964).

Sendo assim, de modo a atender aos novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), as estruturas das demonstrações contábeis compreendidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, onde as determinações legais e as normas contábeis vigentes, estão atualmente no Balanço Patrimonial e compõe os seguintes quadros: Quadro Principal, Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, Quadro das Contas de Compensação (controle), e Quadro do Superávit / Déficit Financeiro (BRASIL, 2019).

### **2.1.4 Demonstração das Variações Patrimoniais**

Conforme previsto no art. 104 da Lei Federal nº 4.320/1964, a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) “evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício” (BRASIL, 1964). A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), permite analisar como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, com intuito de atender às demandas da sociedade (BRASIL, 2019).

A DVP é o demonstrativo que apresenta as variações patrimoniais aumentativas (VPA) e as variações patrimoniais diminutivas (VPD), assim demonstrando o resultado patrimonial.

### **2.1.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento (BRASIL, 2019). Para Andrade (2016), as demonstrações dos fluxos de caixa enquadram-se como um demonstrativo que visa contribuir para a transparência da gestão pública, facilitando a administração e o comando financeiro dos órgãos e entidades do Setor Público, permitindo aos usuários uma melhor compreensão da situação de caixa e equivalente de caixa, bem como as necessidades de liquidez em cenários futuros.

Através das informações dos fluxos de caixa, é possível que os usuários avaliem como a entidade pública obteve recursos a fim de financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. Tais informações tornam-se úteis para fornecer aos usuários relevantes conhecimentos referentes as demonstrações contábeis, sendo necessário para a

análise da prestação de contas, bem como, responsabilização *accountability* e tomada de decisão (BRASIL, 2019).

Segundo Mauss (2012), a análise realizada em três fluxos permite a DFC auxiliar o gestor a identificar quanto de recursos será necessário para novos financiamentos, investimentos e custeio das atividades da organização pública, sendo essa a principal diferença entre esse demonstrativo e o Balanço Financeiro, o qual se limita a apresentar a receita e a despesa como um todo sem identificar os fatores que contribuíram para o aumento ou diminuição do saldo de caixa.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) a elaboração da DFC deve esclarecer as alterações de caixa e equivalente de caixa, apurada no exercício de referência, especificadas nos fluxos operacionais, de investimento, e de financiamento, de acordo com as funções da entidade (BRASIL, 2019).

### **2.1.6 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) demonstra a evolução, aumento ou redução, do Patrimônio Líquido da entidade durante o exercício (BRASIL, 2019). Para Andrade (2016) este demonstrativo pretende apresentar as informações como o superávit ou déficit patrimonial do período, cada uma das mutações ocorridas, o resultado futuro da mudança nos critérios contábeis, evidenciando se houve alguma correção dos erros praticados em exercícios anteriores, como também as contribuições dos proprietários e as distribuições para os proprietários.

A DMPL é obrigatória para as empresas estatais dependentes, e facultativas para os demais órgãos e entidades dos entes federativos (BRASIL, 2019). Ainda, Andrade (2016) menciona que a DMPL se torna um demonstrativo relevante, pois fornece informações de movimentações ocorridas durante o exercício nas contas que compõem o Patrimônio Líquido, indicando cada acréscimo ou diminuição do mesmo.

### **2.1.7 Notas Explicativas**

De acordo com o MCASP, as Notas Explicativas são informações adicionais às apresentadas nos quadros das DCASP, como também são consideradas parte integrante das demonstrações contábeis (BRASIL, 2019). Andrade (2016) expressa que quando anexada às demonstrações contábeis, as notas explicativas organizam um demonstrativo importante para compreender as definições e critérios operacionais usados pela gestão pública.

As Notas Explicativas são informações que acompanham os DCASP, objetivando facilitar o entendimento dos usuários de forma clara, sintética e objetiva, pois abrangem informações de qualquer natureza exigidas em lei, ou definidas pelas normas (BRASIL, 2019).

Segundo Mauss (2012) é relevante que as notas explicativas apresentem estimativas sobre as provisões. Como também demonstrem que os valores de ajustes em ativos e passivos para o exercício financeiro sejam apresentados por conta.

## **2.2 Análise Econômico-Financeira**

Nesta pesquisa as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) analisadas foram o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Variações Patrimoniais e o Balanço Orçamentário, e os indicadores econômico-financeiros apresentados nesta seção são os empregados na análise dessas demonstrações.

Para Pinheiro (2007), o ponto de vista da análise econômica serve para analisar e interpretar os resultados que a organização gerou. Na perspectiva da análise financeira, está

relacionada com os elementos patrimoniais que evidenciam a liquidez, estrutura patrimonial e o ciclo operacional da entidade pública.

Segundo Mauss (2012), a análise poderá ser considerada estática somente quando um período é analisado, sem contrapor o tempo e a dinâmica, pois quando comparada, precisa-se de no mínimo três anos para que seja possível conceber a propensão futura da organização. Segundo Lins e Francisco Filho (2012) é através da análise de indicadores que é possível aprofundar as informações existentes nas demonstrações contábeis.

Ainda, Mauss (2012) relata que a análise de indicadores econômico-financeiros é uma importante ferramenta para a tomada de decisão, pois apresenta a realidade das finanças dos órgãos públicos. É através dos indicadores que é possível detectar se a organização possui capacidade para cumprir com dívidas a curto e a longo prazo, como também observar o modo que está estruturado o capital, assim como o retorno patrimonial obtido.

Os indicadores utilizados nesta pesquisa para realizar a análise econômico-financeira, sob o enfoque patrimonial, foram selecionados do autor Mauss (2012) que se dividem em quatro grupos: de liquidez, de atividade, de endividamento e de resultado.

### 2.2.1 Indicadores do Grupo Liquidez

De acordo com Mauss (2012) o grupo de liquidez é composto pelos seguintes indicadores: Indicador de Liquidez Seca (ILS), Indicador de Liquidez Corrente (ILC) e Indicador de Liquidez Geral (ILG), demonstrados no Quadro 01.

Quadro 01 – Indicadores do Grupo Liquidez

<b>Indicador</b>	<b>Fórmula</b>	<b>Interpretação do resultado</b>
Indicador de Liquidez Seca	$ILS = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques} - \text{Despesas Antecipadas}}{\text{Passivo Circulante}}$	Significa o quanto a entidade será considerada líquida. Indicador maior que 1,0 apresenta liquidez.
Indicador de Liquidez Corrente	$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	Significa o quanto a entidade será considerada líquida. Indicador menor que 1,0 apresenta risco de inadimplência.
Indicador de Liquidez Geral	$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$	Significa o quanto a entidade será considerada líquida. Indicador menor que 1,0 apresenta necessidade de gerar caixa.

Fonte: Mauss, 2012, adaptado.

Os indicadores apresentados no Quadro 01 são aplicados no Balanço Patrimonial. Para Andrade (2016) esses indicadores são capazes de medir a eficiência da entidade pública, de saldar suas dívidas exigíveis, e permitir a comparabilidade dos seus resultados.

### 2.2.2 Indicadores do Grupo de Atividade

De acordo com Mauss (2012), pertencem ao grupo de atividade os seguintes indicadores: Indicador de Giro dos Ativos Permanentes (IGAP), Indicador de Giro do Ativo Total (IGAT) e Indicador de Imobilização do Patrimônio Líquido (IIPL), demonstrados no Quadro 02.

Quadro 02 – Indicadores do Grupo de Atividade

<b>Indicador</b>	<b>Fórmula</b>	<b>Interpretação do resultado</b>
Indicador de Giro dos Ativos Permanentes	$IGAP = \frac{\text{Receita Orçamentária}}{(\text{Investimentos} + \text{Imobilizado} + \text{Intangível})}$	Significa o quanto a entidade tem eficiência no uso dos ativos permanentes.



Indicador de Giro do Ativo Total	$IGAT = \text{Receita Orçamentária} / \text{Ativo Total}$	Significa o quanto a entidade tem eficiência no uso dos ativos para gerar receitas.
Indicador de Imobilização do Patrimônio Líquido	$IPL = (\text{Investimentos} + \text{Imobilizado} + \text{Intangível}) / \text{Patrimônio Líquido}$	Significa o quanto a entidade tem do patrimônio líquido em ativos permanentes.

Fonte: Mauss, 2012, adaptado.

Os indicadores apresentados no Quadro 02, são aplicados no Balanço Patrimonial e no Balanço Orçamentário. Segundo Mauss (2012) esses indicadores visam responder se o montante total de cada ativo está satisfatório, podendo realizar a comparação dos ativos em gerar a receita orçamentária.

### 2.2.3 Indicadores do Grupo de Endividamento

Mauss (2012) estabelece que os indicadores do grupo de endividamento são: Indicador de Endividamento Geral (IEG), Indicador de Composição do Endividamento (ICE) e Indicador de Garantia de Capital de Terceiros (IGCT), demonstrados no Quadro 03.

Quadro 03 – Indicadores do Grupo de Endividamento

Indicador	Fórmula	Interpretação do resultado
Indicador de Endividamento Geral	$IEG = (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}) / \text{Ativo Total}$	Significa o quanto a entidade tem de capital de terceiros para financiar as atividades.
Indicador de Composição do Endividamento	$ICE = \text{Passivo Circulante} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$	Significa o quanto a entidade tem de dívidas a curto e a longo prazos.
Indicador de Garantia de Capital de Terceiros	$IGCT = (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}) / \text{Patrimônio Líquido}$	Significa o quanto a entidade tem de dependência de capital de terceiros.

Fonte: Mauss, 2012, adaptado.

O Quadro 03 apresenta os indicadores que são aplicados no Balanço Patrimonial. Para Mauss (2012) quanto menor for o valor de capital de terceiros, melhor é para a organização pública, uma vez que o risco e o grau de endividamento são menores.

### 2.2.4 Indicadores do Grupo de Resultado

Para Mauss (2012) os indicadores que compõem o grupo de resultado são: Indicador Retorno do Ativo Total (IROA), Indicador Retorno do Capital Próprio (IROE) e Indicador Retorno Patrimonial (IRP), demonstrados no Quadro 04.

Quadro 04 – Indicadores do Grupo de Resultado

Indicador	Fórmula	Interpretação do resultado
Indicador de Retorno do Ativo Total	$IROA = \text{Resultado Patrimonial} / \text{Ativo Total}$	Significa o quanto os ativos geram de resultado patrimonial.
Indicador de Retorno do Capital Próprio	$IROE = \text{Resultado Patrimonial} / \text{Patrimônio Líquido}$	Significa o quanto o capital próprio tem de retorno pelo resultado patrimonial.
Indicador de Retorno Patrimonial	$IRP = \text{Resultado Patrimonial} / \text{Receita Orçamentária}$	Significa o quanto da receita orçamentária foi transformada em resultado patrimonial.

Fonte: Mauss, 2012, adaptado.

O Quadro 04 apresenta os indicadores que são aplicados no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais, e no Balanço Orçamentário. Segundo Mauss (2012)

os resultados alcançados nesses indicadores demonstram as políticas adotadas pela gestão para gerar os resultados operacionais.

## 2.2.5 Indicadores da Execução Orçamentária

Os indicadores utilizados nesta pesquisa para realizar a análise econômico-financeira, sob o enfoque orçamentário, foram selecionados do autor Kohama (2015), que são os Indicadores de Execução Orçamentária: Quociente de Execução da Receita (QER), Quociente do Equilíbrio Orçamentário (QEO), Quociente da Execução da Despesa (QED), Quociente da Execução Orçamentária Corrente (QEOCo), Quociente da Execução Orçamentária de Capital (QEOCa) e Quociente do Resultado Orçamentário (QRO), demonstrados no Quadro 05.

Quadro 05 – Indicadores da Execução Orçamentária

<b>Indicador</b>	<b>Fórmula</b>	<b>Interpretação do resultado</b>
Quociente de Execução da Receita	$QER = \text{Receita Realizada} / \text{Previsão Inicial}$	Representa o quanto foi executado da Receita Realizada em relação a Receita Prevista Inicial.
Quociente do Equilíbrio Orçamentário	$QEO = \text{Dotação Atualizada} / \text{Previsão Inicial}$	Representa o quanto foi aberto de Créditos Adicionais.
Quociente da Execução da Despesa	$QED = \text{Despesas Empenhadas} / \text{Dotação Atualizada}$	Demonstra quanto da Despesa Atualizada foi utilizado em Despesa Empenhada.
Quociente da Execução Orçamentária Corrente	$QEOCo = \text{Receita Corrente} / \text{Despesa Corrente}$	Demonstra quanto da Receita Corrente foi utilizado em empenho de Despesa Corrente.
Quociente da Execução Orçamentária de Capital	$QEOCa = \text{Receita de Capital} / \text{Despesa de Capital}$	Demonstra quanto da Receita de Capital realizada foi utilizada em empenho de Despesa de Capital.
Quociente do Resultado Orçamentário	$QRO = \text{Receitas Realizadas} / \text{Despesas Empenhadas}$	Demonstra quanto da Receita Realizada foi utilizada para cobertura da Despesa Empenhada.

Fonte: Kohama, 2015, adaptado.

O Quadro 05 apresenta os indicadores que são aplicados no Balanço Orçamentário. Kohama (2015) afirma que o Balanço Orçamentário deve ser o instrumento por qual se demonstra a execução orçamentária de acordo com as especificações da Lei Orçamentária Anual.

A seguir, são apresentados os procedimentos metodológicos executados na realização deste estudo.

## 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo caracteriza-se por apresentar uma pesquisa de natureza aplicada, descritiva, de abordagem quantitativa, por meio de levantamento de dados a partir das Demonstrações Contábeis consolidadas do município de Sant’Ana do Livramento, localizado no estado do Rio Grande do Sul, no período de 2015 a 2019.

A pesquisa aplicada “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 35). O presente estudo descreve-se por natureza aplicada, pois tem como objeto as Demonstrações Contábeis.

A pesquisa descritiva relata que “os estudos descritivos podem ser criticados porque pode existir uma descrição exata dos fenômenos e dos fatos” (TRIVIÑOS, 1987, p. 112). Nesta pesquisa afirma-se que se caracteriza como pesquisa descritiva, pois o mesmo descreve uma realidade, a partir das Demonstrações Contábeis.

A abordagem da pesquisa quantitativa, fomenta sobre a objetividade, na coleta e análise dos dados, através de procedimentos numéricos. (POLIT; BECKER; HUNGLER, 2004). Nesta

pesquisa a abordagem é caracterizada como quantitativa nos cálculos e na interpretação e análise dos indicadores econômico-financeiros.

A técnica de coleta de dados utilizada foi a pesquisa documental. Para Gil (2017, p. 60) “a pesquisa documental normalmente é descritiva ou explicativa, apresentando um problema mais claro, específico e preciso”.

Os dados foram obtidos a partir das Demonstrações Contábeis consolidadas extraídas no endereço eletrônico do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI) desenvolvido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), considerando os seus valores históricos, em acesso à aba “Consultas”, e posteriormente às subseções, “Consultar Declarações” e “SICONFI”.

Para desenvolver a técnica de análise de dados foi utilizada a análise interpretativa. De acordo com Severino (2007, p. 52) “a análise interpretativa é a terceira abordagem do texto com vistas à sua interpretação, mediante a situação das ideias do autor”.

Os dados foram analisados a partir dos indicadores selecionados dos autores Mauss (2012), conforme os quadros 01, 02, 03 e 04 sob o enfoque patrimonial, e Kohama (2015) referente ao quadro 05 sob o enfoque orçamentário, para realizar a análise econômico-financeira a partir das Demonstrações Contábeis consolidadas.

O processo de análise econômico-financeira foi realizado a partir da coleta dos dados em planilha eletrônica, calculado os indicadores, elaborado tabelas com os índices de cada indicador, realizado a interpretação e análise dos indicadores por meio dos índices demonstrados nas tabelas. A seguir, dá-se a apresentação e discussão dos resultados.

## **4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Nesta seção são apresentados os resultados a partir dos dados obtidos, que foram calculados através dos indicadores das demonstrações contábeis do município de Sant’Ana do Livramento. A análise sob o enfoque patrimonial foi realizada no Balanço Patrimonial e na Demonstração das Variações Patrimoniais, que demonstram os registros na contabilidade pelo regime de competência, por meio dos indicadores propostos pelo autor Mauss (2012).

O Balanço Patrimonial visa evidenciar as demonstrações contábeis, qualitativa e quantitativamente, bem como, a situação do patrimônio da entidade pública por meio de contas que representam a situação patrimonial, assim como os atos de potencialidade, sendo os mesmos registrados em contas de compensação (BRASIL, 2019).

Andrade (2016) estabelece que o sistema patrimonial registra e envolve as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) e as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA), que relatam as variações quantitativas, bem como o resultado patrimonial e as variações qualitativas, sendo assim, observa-se que variações quantitativas aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, enquanto as qualitativas modificam os elementos patrimoniais sem alterar o patrimônio líquido.

No intuito de compreender a importância da análise econômico-financeira das demonstrações contábeis, Mauss (2012) assegura que pelos registros contábeis é possível alcançar os resultados orçamentários, financeiros e patrimoniais, como também as variações do patrimônio público.

### **4.1 Indicadores do Grupo de Liquidez**

Conforme Diniz (2015) o objetivo dos indicadores de liquidez é demonstrar a situação financeira de uma entidade, relacionando com sua capacidade de efetuar pagamentos ao longo e curto prazo. Em concordância, Gitman (2010), diz que os indicadores têm a função de verificar se a entidade poderá pagar suas obrigações e se podem demonstrar previamente os

problemas de fluxo de caixa. Na Tabela 01, são demonstrados os indicadores do grupo de liquidez do município estudado.

Tabela 01 - Indicadores do Grupo de Liquidez

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019
ILS	2,19	1,47	0,97	2,86	0,97
ILC	2,24	1,49	1,01	2,90	0,98
ILG	1,39	0,92	0,61	0,48	0,43

Fonte: Elaborado pelo(a) autor(a).

A partir dos resultados evidenciados na Tabela 01, nota-se que a organização apresentou variações ao decorrer dos anos de 2015 a 2019. O ILS apresentou resultados menores que 1, nos anos de 2017 e 2019, demonstrando que a entidade contraiu dívidas a curto prazo. Conforme Benites e Goularte (2017) o Indicador de Liquidez Seca tem como objetivo medir a capacidade da organização em manter em dia suas obrigações de curto prazo, excluindo os estoques e as despesas antecipadas.

Já no ILC foi possível observar que se manteve estável e adimplente no decorrer dos anos, originando resultado insatisfatório no ano de 2019, apresentando indicador menor que 1. Para corroborar Benites e Goularte (2017, p. 62) relatam que o Indicador de Liquidez Corrente “reflete a capacidade da entidade em saldar suas obrigações de curto prazo”.

Ademais, o ILG apresentou resultado positivo, superior a 1, no ano de 2015, porém entre os anos de 2016 a 2019 o resultado foi menor, ocasionando quedas, o que deve ser avaliado, pois com isso deverá contar com recursos futuros para sanar suas dívidas. Para Benites e Goularte (2017) o Indicador de Liquidez Geral é possível demonstrar que como encontra-se a saúde financeira da organização a longo prazo, pois compreende os valores a receber e a pagar a curto e longo prazo.

## 4.2 Indicadores do Grupo de Atividade

É possível observar que os indicadores do grupo de atividade associam os investimentos com os ativos e a receita total para determinar a eficiência da gestão de ativos da organização pública, sendo que os indicadores IGAP e IGAT devem demonstrar os resultados dos valores elevados, enquanto o IIPL quanto menor for, melhor será (MAUSS, 2012).

Alves (2018) relata que esses indicadores são aplicados para analisar os efeitos das atividades operacionais das organizações em relação aos seus ativos. Na Tabela 02, são demonstrados os indicadores do grupo de atividade do município estudado.

Tabela 02 - Indicadores do Grupo de Atividade

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019
IGAP	1,67	1,96	1,98	2,17	2,13
IGAT	0,52	0,65	0,65	0,74	0,74
IIPL	0,62	1,23	- 3,34	- 0,90	- 0,66

Fonte: Elaborado pelo(a) autor(a).

Na análise da Tabela 02, observa-se no IGAP que os resultados obtidos aumentaram no decorrer dos anos, apresentando um melhor desempenho no ano de 2018, garantindo que a organização tenha maior eficiência no uso de seus ativos permanentes. De acordo com Benites e Goularte (2017) o Indicador de Giro dos Ativos Permanentes objetiva medir a eficiência da

organização no uso de seus equipamentos e instalações, através do confronto entre as receitas e os ativos permanentes.

Em relação ao IGAT pode-se observar que os resultados apresentados se mantiveram estáveis, tendo um leve aumento no decorrer dos anos até 2019, porém todos foram inferiores a 1, demonstrando que os ativos produziram receitas, porém não foram suficientes para recomprar os ativos. Conforme Benites e Goularte (2017) o Indicador de Giro do Ativo Total tem o desempenho de demonstrar a eficiência do uso dos ativos, pela organização, para geração de receitas.

Sobre o IIPL é possível considerar que no ano de 2016 obteve um resultado superior a 1, porém nos anos de 2017, 2018 e 2019, este resultado gerou uma queda, sendo evidenciado o passivo a descoberto. No entanto, este resultado significa que a organização originou um aumento do endividamento, ou seja, as dívidas são maiores que os ativos. De acordo com Benites e Goularte (2017, p. 63) o Indicador de Imobilização do Patrimônio Líquido “mede quanto do capital próprio foi usado para financiar os ativos permanentes da entidade”.

### 4.3 Indicadores do Grupo de Endividamento

Os indicadores do grupo de endividamento têm por objetivo identificar a estrutura dos recursos disponíveis na organização, bem como a composição das dívidas em curto e longo prazo. Estes permitem retratar a participação de recursos de terceiros na estrutura de capital da organização pública, demonstrando que os resultados destes indicadores devem resultar em valores inferiores a 1, pois quanto menor for, será melhor (MAUSS, 2012).

Segundo Lins e Francisco Filho (2012), esses indicadores visam comparar os elementos do passivo da entidade, com vistas a evidenciar a participação do capital de terceiros e de capital próprio no financiamento total de suas atividades. Em conformidade, Alves (2018) diz que os indicadores de endividamento buscam compreender as estruturas das composições das origens de investimentos que foram realizados pela organização. Na Tabela 03, são demonstrados os indicadores do grupo de endividamento do município estudado.

Tabela 03 - Indicadores do Grupo de Endividamento

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019
IEG	0,49	0,73	1,10	1,38	1,52
ICE	0,17	0,18	0,21	0,06	0,17
IGCT	0,98	2,68	- 11,18	- 3,64	- 2,91

Fonte: Elaborado pelo(a) autor(a).

Na análise da Tabela 03, observa-se no IEG que no ano de 2015 ocorreu o menor índice, aumentando nos anos seguintes, evidenciando que o endividamento está aumentando. Tal resultado pode ser influenciado pelo IIPL, pois na Tabela 02, foi evidenciado o passivo a descoberto. Consoante Benites e Goularte (2017) o Indicador de Endividamento Geral objetiva refletir a parte dos ativos totais que é financiada pelos credores. Quanto mais alto for o mesmo, maior é o volume de capital de terceiros utilizados no financiamento da organização.

Em relação ao ICE, na Tabela 03, o Indicador de Composição do Endividamento se manteve estável, nota-se que em torno de 80% das dívidas estão a longo prazo. Contudo, para Benites e Goularte (2017) é importante destacar que, quanto menor seu índice, melhor, pois quanto mais alto for, mais alto será seu endividamento a curto prazo.

No IGCT, percebe-se que houve um aumento de capital de terceiros ocasionando nos anos de 2017, 2018 e 2019 o passivo a descoberto, ou seja, o passivo circulante e o passivo não circulante são maiores que o ativo total. De acordo com Benites e Goularte (2017) o Indicador

de Garantia do Capital de Terceiros tem como função identificar a dependência da organização com relação aos capitais de terceiros, como também, quanto do patrimônio líquido é necessário para liquidar as dívidas da organização.

#### 4.4 Indicadores do Grupo de Resultado

Os indicadores de resultado demonstram a repercussão produzida pelos resultados alcançados nos grupos de indicadores anteriormente abordados, que foram motivados pelas políticas adotadas.

Os indicadores do grupo de resultado demonstram os rendimentos proporcionados pelas políticas praticadas na organização pública, bem como, expressam os efeitos provocados pela situação dos indicadores de liquidez, de atividade, e de endividamento (MAUSS, 2012). Na Tabela 04, são demonstrados os indicadores do grupo de resultado do município estudado.

Tabela 04 - Indicadores do Grupo de Resultado

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019
IROA	0,14	- 0,23	- 0,43	- 0,30	- 0,16
IROE	0,28	- 0,85	- 4,43	- 0,79	- 0,30
IRP	0,27	- 0,35	- 0,67	- 0,41	- 0,21

Fonte: Elaborado pelo(a) autor(a).

A Tabela 04 evidencia em relação ao IROA que no ano de 2015, o resultado obtido foi o único positivo, mesmo sendo inferior a 1, fazendo com que os ativos fossem capazes de gerar resultado patrimonial, já nos anos seguintes, o resultado demonstrado foi negativo, demonstrando um déficit patrimonial. Conforme Benites e Goularte (2017) o Indicador de Retorno do Ativo Total relata que a partir dos ativos disponíveis, é possível demonstrar a eficácia geral da administração ou o retorno do investimento na geração de resultados.

O IROE demonstra que nos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019 esse retorno foi insatisfatório, pois apresentou um Retorno do Capital Próprio negativo, ou seja, houve um déficit patrimonial, indicando que o Patrimônio Líquido diminuiu a partir do resultado patrimonial. De acordo com Benites e Goularte (2017, p. 64) o Indicador de Retorno do Capital Próprio “expressa o retorno sobre o patrimônio líquido.”

No IRP evidencia-se que ocorreu um déficit patrimonial através da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), onde a Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) é menor que a Variação Patrimonial Diminutiva (VPD), apresentando no ano de 2015 um resultado positivo, porém menor que 1, tornando-se um resultado negativo nos anos seguintes, indicando que os resultados das variações patrimoniais diminuíram o Patrimônio Líquido. De acordo com Benites e Goularte (2017) é através do Indicador de Retorno Patrimonial que se demonstra o quanto da receita orçamentária total foi transformada em resultado patrimonial. E Mauss (2012) esclarece que a DVP é uma demonstração que apresenta as alterações ocorridas no patrimônio público, sendo resultantes ou não da execução orçamentária.

#### 4.5 Indicadores da Execução Orçamentária

A análise sob o enfoque orçamentário foi realizada no Balanço Orçamentário, por meio dos indicadores propostos pelo autor Kohama (2015) o qual afirma que a análise sobre o enfoque orçamentário é realizada no Balanço Orçamentário, que demonstra a execução do orçamento pelo regime orçamentário.

Conforme previsto no art. 102 da Lei nº 4.320/1964, “O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas orçamentárias previstas em confronto com as realizadas.” (BRASIL, 1964). Com isso, é possível afirmar que o Balanço Orçamentário é uma demonstração que apresenta a execução orçamentária, de acordo com as especificações na Lei Orçamentária Anual.

O Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas em categorias econômicas e de origem, especificando a sua previsão inicial, sua previsão atualizada para o exercício, sua receita realizada e o saldo, correspondentes aos excessos ou insuficiências de arrecadação. Também apresenta as despesas detalhadas em categorias econômicas e grupos de natureza despesa, discriminando sua dotação inicial, sua dotação atualizada para o exercício, suas despesas empenhadas, suas despesas liquidadas, suas despesas pagas, bem como o saldo da dotação, indicando a economia da despesa (BRASIL, 2019). Na Tabela 05, são demonstrados os indicadores da execução orçamentária do município estudado.

Tabela 05 - Indicadores da Execução Orçamentária

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019
QER	0,91	0,89	0,86	0,97	0,91
QEO	1,08	1,03	1,04	1,21	1,13
QED	0,88	0,86	0,84	0,82	0,84
QEOCo	1,00	1,06	1,01	0,99	0,98
QEOCa	0,15	0,07	0,02	0,28	0,07
QRO	0,95	1,00	0,98	0,97	0,95

Fonte: Elaborado pelo(a) autor(a).

Analisando a Tabela 05, o resultado demonstrado no QER em relação a Receita Realizada é menor que a Receita Prevista Inicial, representando que a receita realizada não atingiu o valor da receita prevista, logo, demonstra que a arrecadação foi menor do que a prevista, ocorrendo uma insuficiência de arrecadação. Em relação a isso, Kohama (2015, p.127) relata que “esse quociente deve representar o quanto foi executado de Receita Realizada em relação com a Receita Prevista Inicial, e o resultado normal deverá ser 1 ou maior que 1”.

O QEO demonstra que a Dotação Atualizada é maior que a Receita Prevista Inicial, portanto, isso representa que aumentou o montante de Créditos Adicionais abertos no decorrer dos anos de 2015 a 2019. De acordo com Kohama (2015, p.128) “esse quociente deve representar o quanto a Despesa Atualizada é maior do que a Receita Prevista Inicial, pois revelará também o quanto foi aberto de Crédito Adicional, e o resultado normal deverá ser maior que 1”.

Em relação ao QED é demonstrado que se a Despesa Empenhada for menor do que a Dotação Atualizada, irá representar que ocorreu uma economia orçamentária, deixando de ser utilizado como Despesa Empenhada, em relação à Dotação Atualizada. Conforme Kohama (2015, p.130) “esse quociente deve demonstrar quanto da Dotação Atualizada foi utilizado em Despesa Empenhada, e o resultado menor do que 1 será considerado normal. Dificilmente ocorrerá um resultado 1 e jamais poderá ser maior do que 1, porque, nesse caso, empenhar-se à despesa sem autorização legal”.

O QEOCo demonstra o quanto da Receita Corrente foi utilizada em empenho de Despesa Corrente, e o resultado maior do que 1 é considerado normal, isto significa que houve sobra de receita corrente para ser aplicada em despesa de capital dos anos de 2015 a 2017. Posteriormente, observa-se que nos anos de 2018 e 2019 o resultado obtido foi menor do que 1. Contudo Kohama (2015, p.131) esclarece que “esse quociente deve demonstrar quanto da

Receita Corrente foi utilizado em empenho de Despesa Corrente, e o resultado maior do que 1 será considerado normal.”

O QEOCa demonstra o quanto da Receita de Capital realizada foi utilizada para cobertura de Despesa de Capital empenhada. Nos anos de 2015 a 2019 observa-se que a Receita de Capital realizada não foi suficiente para cobrir a Despesa de Capital empenhada, indicando que foi utilizada Receita Corrente para Despesa de Capital. De acordo com Kohama (2015, p 131) “esse quociente deve demonstrar quanto da Receita de Capital realizada foi utilizada para cobertura de Despesa de Capital empenhada. Nesse quociente, o que se espera é que o resultado seja menor do que 1”.

O QRO demonstra que as Receitas Realizadas são menores do que as Despesas Empenhadas, ocasionando um aumento do déficit orçamentário de execução a partir do ano de 2017 a 2019. Para Kohama (2015, p.132) “esse quociente deve demonstrar quanto da Receita Realizada foi utilizado para cobertura da Despesa Empenhada.”

O resultado demonstrado no Balanço Orçamentário, geralmente, poderá demonstrar um superávit orçamentário, em que as despesas empenhadas são menores do que as receitas realizadas, como também, poderá demonstrar um déficit orçamentário, em que as receitas realizadas são menores do que as despesas empenhadas, ou seja, o Balanço Orçamentário demonstra a execução da Lei Orçamentária Anual (KOHAMA, 2015). Nesta pesquisa é demonstrado através dos resultados obtidos dos indicadores da execução orçamentária, a ocorrência de um déficit orçamentário, pois foi empenhado mais que o arrecadado, além de contrariar a Lei Orçamentária Anual.

Assim, considera-se que é relevante a análise das demonstrações contábeis, para melhor evidenciar a situação econômico-financeira das entidades, nesta investigação foi possível realizar as análises e demonstrar a situação econômico-financeira da organização objeto da pesquisa.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com vistas a responder o questionamento do qual foi dado na presente pesquisa, pode-se dizer que a mesma cumpriu com os objetivos propostos, pois realizou uma análise da situação econômico-financeira das demonstrações contábeis do município de Sant’Ana do Livramento, no período entre os anos de 2015 a 2019, através de uma comparação entre os resultados obtidos, evidenciado nos cálculos dos indicadores propostos pelos autores Mauss (2012) e Kohama (2015).

Através da análise realizada, foi possível perceber que, ao que diz respeito do Indicador do Grupo de Liquidez, o município apresentou variações no decorrer dos anos de 2015 a 2019, apresentando um resultado positivo no ano de 2015, porém a partir do ano de 2016 o resultado foi menor, ocasionando quedas, pois ocorreu uma diminuição dos recursos disponíveis.

Na análise, verificou-se que os Indicadores do Grupo de Atividade apresentaram de certo modo, um desempenho estável no decorrer dos anos, porém no IIPL, a partir do ano de 2017 foi evidenciado uma queda, da qual originou-se o passivo a descoberto.

Contudo, no Indicador do Grupo de Endividamento, foi possível analisar que ocorreu um notável aumento das dívidas no decorrer dos anos, que conforme relatado nos indicadores de atividade evidenciou-se um passivo a descoberto, demonstrando que o endividamento está aumentando, porém a maior parte da dívida está a longo prazo.

Ademais, no Indicador do Grupo de Resultado, verificou-se que apenas no ano de 2015 apresentou um resultado positivo, logo, a partir do ano de 2016, o resultado obtido foi insatisfatório, demonstrando a ocorrência de um déficit patrimonial, evidenciando diminuição do Patrimônio Líquido.



Em relação ao Indicador de Execução Orçamentária, pode-se dizer que foi demonstrado um déficit orçamentário, pois apresentou, inclusive, uma insuficiência de arrecadação, encontrando-se em uma situação negativa, de acordo com a execução da Lei Orçamentária Anual.

No entanto, ressalta-se que os resultados obtidos por este estudo se limitam a representar a situação econômico-financeira somente do município de Sant'Ana do Livramento, num determinado período de tempo dos anos de 2015 a 2019, como também, a aplicação de apenas estes indicadores conforme demonstrado nesta pesquisa.

Logo, este estudo pode contribuir para uma melhor compreensão das demonstrações contábeis, assim como verificar o desempenho para avaliar a gestão pública. Além disso, podem ser aplicados os indicadores utilizados nesta investigação em outros municípios, sendo possível realizar a análise e comparação dos resultados destes indicadores.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Aline. **Análise das Demonstrações Financeiras**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade pública na gestão municipal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2016.

BRASIL. **Lei nº4.320, 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, 17 de março de 1964. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/14320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14320.htm) >. Acesso em 26 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria do Tesouro Nacional (STN). **Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público**: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios. 8.ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Subsecretaria de Contabilidade Pública. Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação. 2019. Disponível em: < <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2019/26> >. Acesso em: 20 set. 2020.

BENITES, Mauren Corrêa dos Santos; GOULARTE, Jeferson Luis Lopes. **Análise Comparativa dos Indicadores Econômico-financeiros dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia com Sede no Rio Grande do Sul**. RAGC. Sant'Ana Do Livramento, v. 5, p. 62-65, 2017. Disponível em: < <http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/ragc/article/view/1136> > Acesso em: 17 fev. 2021.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Contabilidade aplicada ao setor público**: abordagem simples e objetiva. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

DINIZ, Natália. **Análise das demonstrações financeiras**. 1. ed. Rio de Janeiro: SESES, 2015. Disponível em: < [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4277771/mod\\_resource/content/1/Livro\\_An%C3%A1lise%20dos%20Relat%C3%B3rios%20Financeiros.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4277771/mod_resource/content/1/Livro_An%C3%A1lise%20dos%20Relat%C3%B3rios%20Financeiros.pdf) > Acesso em: 27 set. 2020.

FREITAS, Matheus Brasil; GOULARTE, Jeferson Luis Lopes. **Análise Comparativa dos Indicadores Econômico-Financeiros dos maiores Municípios por população das Mesorregiões do RS**. RAGC. Sant'Ana Do Livramento, v. 5, p.82, 2017. Disponível em: <

<http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/ragc/article/view/908/672> > Acesso em: 19 out. 2020.

GERHARDT, T.; SILVEIRA, D. **Métodos de pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2017.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. Tradução de: Allan Vidigal Hastings. Revisão técnica de: Jean Jacques Salim. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População no último censo**. Rio de Janeiro: IBGE, Censo Demográfico, 2010. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santana-do-livramento/panorama> >. Acesso em: 12 nov. 2020.

KOHAMA, Heilio. **Balancos Públicos: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

LINS, Luiz dos Santos; FRANCISCO FILHO, José. **Fundamentos e análise das demonstrações contábeis: uma abordagem interativa**. São Paulo: Atlas, 2012.

MAUSS, César Volnei. **Análise de Demonstrações Contábeis Governamentais: instrumento de suporte à Gestão Pública**. São Paulo: Atlas, 2012.

PINHEIRO, J. L. **Mercado de capitais: fundamentos e técnicas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

POLIT, D. F.; BECK, C. T.; HUNGLER, B. P. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização**. Trad. de Ana Thorell. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

OLIVEIRA, Alessandro Aristides de.; RIOS, Ricardo Pereira.; SILVA, Andréia Regina da.; ZUCCARI, Solange Maria de Paula. **A Análise das Demonstrações Contábeis e sua Importância para Evidenciar a Situação Econômica e Financeira das Organizações**. Revista Eletrônica Gestão e Negócios. São Roque, v. 1, p. 3, 2010. Disponível em: < [http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes/pdfs/ricardo\\_alessandro.pdf](http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes/pdfs/ricardo_alessandro.pdf) >. Acesso em: 19 out. 2020.

SEVERINO. Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.